Parecer nº 156/2004

Data: 2004.06.30

Processo nº 2659

Requerente: Instituto Nacional de Emergência Médica / Margarida Neves

I - Os factos e o pedido

1. Margarida Neves requereu ao Presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) “parecer da causa do óbito” de seu marido A, alegando necessitar desse documento “por motivo de justificação perante seguradora, para liquidação de um empréstimo contraído pelo falecido”.
2. O INEM veio, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 15º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos¹, solicitar o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) sobre a possibilidade de deferimento do pedido, informando que os dados em causa se encontram registados em suporte de papel.
3. A instâncias dos Serviços da CADA a requerente Margarida Neves juntou fotocópia do seu bilhete de identidade, do assento de óbito de A, de fax da “Cofidis”, de “Boletim de Adesão ao Seguro do Crédito Vida Livre” da “Cofidis”, subscrito por A e das condições gerais do mesmo seguro.

II - O Direito

1. A LADA reconhece a todos o direito de acesso aos documentos administrativos de carácter não nominativo², sem necessidade de invocação de motivo ou de qualquer interesse específico (artigo 7º, nº 1).

De acordo com o artigo 8º da LADA, os documentos nominativos, como são os que revelam a causa da morte de determinada pessoa, só podem ser comunicados:

- à pessoa a quem os dados digam respeito;
- a terceiros que daquela obtenham autorização escrita;
- a terceiros que demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo no conhecimento dos dados.

¹ Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, na redacção dada pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

² São documentos nominativos os que contêm dados pessoais, ou seja, informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada (artigo 4º, nº 1 alíneas b) e c)).

2. Assim, quando confrontada com um pedido de acesso a dados pessoais de terceiro, mesmo que o requerente seja familiar próximo do respectivo titular, tem a CADA entendido que, na ponderação de interesses em confronto, não podem ser postergados os valores inerentes à salvaguarda – mesmo *post mortem* – da reserva da intimidade da vida privada e deve ter-se em conta a finalidade do acesso.

No caso presente vem apenas requerido, pela viúva do titular dos dados, acesso a documento de que conste a causa da sua morte, a fim de ser entregue a uma seguradora, com vista à instrução de processo de liquidação de um seguro de vida por aquele subscrito.

É doutrina reiterada da CADA que, considerando a proximidade do laço parental, a finalidade do acesso e o conteúdo dos dados a comunicar, se deve considerar verificado o interesse directo, pessoal e legítimo legalmente exigido.

III - Conclusão

Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da LADA, dar parecer favorável ao acesso da requerente ao(s) documento(s) existente(s) no Instituto Nacional de Emergência Médica que revelem ou permitam inferir qual a causa da morte de A.

Visto se tratar de acesso por terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela citada Lei nº 94/99.

Conforme dispõe o artigo 10º, nº 3, da LADA, na redacção da Lei nº 8/95, de 29 de Março, *os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais.*

Comunique-se à requerente e ao Instituto Nacional de Emergência Médica.

Lisboa, 30 de Junho de 2004

Armando França (Relator) - Eugénio Marinho - Osvaldo Castro - França Martins - Motta Veiga - Renato Gonçalves - Branca Amaral - Castro Martins (Presidente)